



História, Ciências, Saúde - Manguinhos
ISSN: 0104-5970
hscience@coc.fiocruz.br
Fundação Oswaldo Cruz
Brasil

Sepúlveda dos Santos, Myrian
Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande
História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 12, enero, 2005, pp. 381-400
Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386137988020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande

Clashes between nature and culture in the implementation of the Ilha Grande Ecomuseum

Myrian Sepúlveda
dos Santos

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).
Rua das Laranjeiras, 322/602
22240-002 Rio de Janeiro – RJ
Brasil
myrian@uerj.br

SANTOS, M. S. dos: Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande.
História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12 (suplemento), p. 381-400, 2005.

O objetivo deste trabalho é mostrar três desafios surgidos a partir das primeiras apresentações do projeto Ecomuseu Ilha Grande, todos eles relacionados às diferentes formas de compreensão do que sejam natureza e cultura. O primeiro diz respeito ao equilíbrio entre preservação da natureza e bem-estar dos moradores, objetivos bastante conflitantes atualmente. Em segundo lugar, há a intenção de envolver a população local da Ilha Grande nos projetos de pesquisa acadêmica e de defesa do meio ambiente. Finalmente, há a tentativa de preservar a memória de práticas de violência e de arbitrariedade ética e moral, que são ou estereotipadas ou totalmente ignoradas pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: ecomuseu, meio ambiente, memória, Ilha Grande, presídio.

SANTOS, M. S. dos: Clashes between nature and culture in the implementation of the Ilha Grande Ecomuseum.
História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12 (supplement), p. 381-400, 2005.

The article points to three challenges that arose during initial presentations of the Ilha Grande Ecomuseum project, all of which involved different ways of understanding what constitutes 'nature' and 'culture'. The first issue had to do with balancing environmental protection with the welfare of residents, two aspirations that are quite conflicting at present. Second was the intention to involve the Ilha Grande population in academic research and environmental protection projects. Last was the endeavor to preserve the memory of practices of violence and of ethical and moral irresponsibility, which are either stereotyped or totally ignored by society.

KEYWORDS: ecomuseum, environment, memory, Ilha Grande, penitentiary.

Introdução

Apartir da desativação do Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM) e da implosão de parte de suas edificações, em 1994, o aproveitamento do turismo na Ilha Grande passou a ocorrer de forma acelerada. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) obteve então o direito de cessão das áreas e benfeitorias remanescentes localizadas na Vila Dois Rios, anteriormente ocupadas pelo presídio, e iniciou suas atividades em 1995.

Os projetos implementados na Ilha Grande crescem gradativamente. Em 1998, a Uerj inaugurou o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (Ceads), que desenvolve investigações científicas e tecnológicas, ensino para alunos de graduação e pós-graduação e atividades de extensão.

Os projetos estão distribuídos por diversas áreas de conhecimento, como antropologia, botânica, ecologia, educação ambiental, educação em saúde, engenharia de pesca, farmacologia, geociências, nutrição, oceanografia, sociologia e zoologia. Nos últimos seis anos, foram gerados cerca de duzentos trabalhos científicos e tecnológicos, entre monografias, dissertações, teses, artigos, livros e protótipos.

Tais projetos envolvem professores doutores, doutorandos, mestrandos, bolsistas de iniciação científica e estudantes do segundo grau. Atividades de extensão são realizadas em nutrição, farmacologia e educação, procurando-se dar apoio aos moradores. Alguns projetos, como o de aquacultura, que visa a criar mexilhões em mar aberto, estão diretamente voltados para o desenvolvimento auto-sustentável da ilha. Outros merecem ser destacados: monitoramento das condições de saúde da população; serviço meteorológico; educação ambiental e videoteca itinerante.

Para impulsionar o Centro de Estudos, a Uerj desenvolveu o projeto Campus Ilha Grande, que procura promover a melhoria da estrutura urbana local, incluindo saneamento básico, recuperação dos imóveis e da estrada. Grande parte destas atividades, entretanto, ainda está circunscrita à Vila Dois Rios (Loyola, 2002).

As parcerias atuais são muitas e incluem não só as diversas unidades da Uerj e as entidades a ela ligadas,¹ como instituições que desenvolvem projetos na Ilha Grande, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por exemplo.

Acatando os dispositivos legais do termo de cessão que foi firmado em benefício da Uerj sobre a instalação de um museu na Vila Dois Rios, a universidade passou a promover também o projeto do Ecomuseu Ilha Grande, voltado para a preservação histórica e ambiental através do incentivo ao desenvolvimento sustentável. A proposta visa ao equilíbrio entre o respeito rigoroso à história e à natureza e o bem-estar dos moradores da Ilha Grande, e comprehende que tal objetivo só será obtido a partir da articulação e do

debate entre os diversos grupos envolvidos. As questões sobre natureza e cultura, apresentadas neste artigo, decorrem, justamente, das primeiras tentativas de implementação do Ecomuseu, desde 1999, tendo como eixo básico um processo participativo que compreende a própria Uerj, as comunidades e os diversos organismos governamentais e não-governamentais envolvidos.

Uma primeira versão do projeto Ecomuseu Ilha Grande (Santos, 1999) foi apresentada aos membros do então conselho executivo do Ceads, em 1999, sendo o mesmo aprovado com a recomendação de que fosse apresentado às diversas áreas envolvidas da universidade. Em 2001, nova versão foi apresentada e aprovada (Santos e Chagas, 2001), sendo a partir deste momento encaminhada pela Coordenação Geral da Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e amplamente debatida tanto internamente quanto com diversos setores da sociedade.

O passo seguinte foi a apresentação do projeto às Associações de Moradores de Vila Dois Rios e do Abraão, a diretores e membros participantes do Comitê de Defesa da Ilha Grande (Codig), e, ainda, às diretorias do IEF e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema). Outras instituições, como Jardim Botânico, Museu da Vida, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro e Uni-Rio foram procuradas para que contribuíssem com sugestões e possíveis parcerias.

O projeto adquiriu maior divulgação quando a Uerj comprometeu-se com a instalação e administração do Ecomuseu e com a preservação dos ecossistemas da Ilha Grande, firmando o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), acordo com o Ministério do Meio Ambiente, envolvendo a participação de diversos órgãos governamentais de âmbito federal, estadual e municipal. Os objetivos básicos do projeto têm sido apresentados em uma série de fóruns ampliados, como Agenda 21, Semana do Meio Ambiente e audiências públicas, das quais participam amplos setores da sociedade civil.

A partir desse processo participativo, que tem por objetivo a preservação do meio ambiente e do patrimônio artístico, histórico e cultural da Ilha Grande, foram feitos alguns reajustes importantes e delineados quatro módulos como centros aglutinadores de debates e locais de apresentação: Centro de Informações, Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente e Centro Multimídia.

Há aspectos cruciais para o projeto, no entanto, que não foram incorporados porque são motivo de disputa entre os diversos agentes envolvidos. Embora a melhoria da estrada que liga Abraão a Dois Rios apareça como uma das reivindicações mais importantes dos moradores, a estrada é considerada um problema tanto pelos pesquisadores da Uerj quanto por diversos ambientalistas que atuam na região, pelo risco de transformar-se em fator de destruição ambiental.

O Museu do Meio Ambiente precisa compatibilizar a produção acadêmica e especializada com interesses mais imediatos sobre a produção científica. A proposta de criação do Museu do Cárcere também é polêmica, pois, embora tenha o apoio de moradores locais, principalmente daqueles que mantiveram algum vínculo com as antigas penitenciárias, sofre resistências dentro da própria Uerj, que pretende transformar a antiga área carcerária em campus universitário, afastando assim os ‘fantasmas’ do presídio. A definição do conteúdo do museu também será, sem dúvida, motivo de controvérsia entre os moradores, uma vez que os antigos presídios representam tanto o bem quanto o mal para aqueles que lá viveram.

Com base nos passos que foram dados até o momento, este artigo procura delinear três dos principais desafios encontrados nesta primeira etapa do projeto Ecomuseu.

Preservação do meio ambiente e bem-estar dos moradores

Um dos objetivos do Ecomuseu Ilha Grande é articular a preservação do meio ambiente ao bem-estar dos moradores. O conceito de ecomuseu surgiu na França, na década de 1970, associado ao propósito de preservar o meio ambiente global em que o homem se insere e associar o público ao conhecimento e à defesa desse meio. Hugues de Varine (2000, p. 62), fundador e primeiro diretor do Ecomuseu de Creusot, na França, criou um museu espalhado por toda a comunidade urbana, com o objetivo de administrar, estudar, explorar – com fins científicos, educativos e, em geral, culturais – o patrimônio global daquela comunidade, compreendendo sua totalidade natural e cultural.

O prefixo ‘eco’ refere-se a uma noção de ecologia humana e às relações que o homem e a sociedade estabelecem com sua tradição, seu meio ambiente e os processos de transformação desses elementos (id., p. 69).

A utilização desses conceitos na criação do Ecomuseu Ilha Grande é muito importante, pois a partir deles a noção de patrimônio comunitário e coletivo que envolve a totalidade do meio ambiente substitui a noção de uma coleção permanente. Alguns ecomuseus são criados em função da preservação da natureza, mas, neste caso, a natureza é sempre compreendida a partir de sua relação com o ser humano. Outro aspecto a ser destacado nos ecomuseus é que o seu controle passa a ser feito por um conselho de associações, composto por representantes do maior número possível de grupos voluntários presentes na comunidade.

O Ecomuseu Ilha Grande procura abraçar a noção de patrimônio comunitário e coletivo, mas não é um projeto que surgiu da comu-

nidade local e guarda diversas especificidades em relação à proposta já definida. O projeto vem sendo apresentado e tem recebido contribuições dos diversos grupos que atuam na Ilha Grande. Há a intenção de que a direção executiva, a ser formada por uma equipe multidisciplinar, subordine-se a um conselho gestor, constituído por aqueles que agem no ambiente, aqueles que sofrem sua ação e aqueles que refletem sobre ele. Mas estas como muitas outras são questões que serão definidas ao longo do processo de implantação do Ecomuseu. Apresentaremos a seguir alguns conflitos surgidos entre os diversos grupos que participam na construção do projeto.

Ao longo de praticamente um século, a presença de instituições carcerárias na Ilha Grande, o policiamento ostensivo e as fugas freqüentes de prisioneiros representaram um controle indireto do fluxo de visitantes e da expansão da população local. A Ilha Grande manteve-se com uma população estável, à margem de grandes intervenções na natureza, da especulação imobiliária e de grandes fluxos de turismo. As práticas cotidianas de antigos moradores foram marcadas pela hegemonia de uma instituição estatal forte, o 'presídio', que propiciava emprego, lazer, educação e assistência médica. Grande parte dos agentes penitenciários e policiais militares era recrutada entre os habitantes da ilha; médicos, enfermeiros e dentistas do presídio atendiam a população local; eram oferecidos ainda salas de cinema e espetáculos benficiares.

Com a desativação do presídio, a população perdeu um ponto de referência que a estruturava cultural e economicamente. Ao mesmo tempo, grandes empresários interessaram-se pela construção de complexos turísticos. No entanto, uma extensa legislação voltada para a proteção da diversidade biológica da Mata Atlântica já se encontrava consolidada.² Houve uma diminuição drástica da oferta de peixes na região, causada pela poluição e pela pesca industrial de grande porte, entre outros fatores. Atividades desenvolvidas por moradores locais, no passado, como pesca, caça, agricultura, queimadas e construção de canoas, tornaram-se práticas condenadas. Diversos planos diretores foram criados por órgãos governamentais,³ muitos deles apresentando o turismo ecológico como atividade prioritária a ser desenvolvida.⁴

Embora as atividades mais lucrativas, hoje, sejam aquelas associadas ao turismo, nem sempre os moradores locais têm condições de competir em investimentos com os que chegam de fora. A defesa do meio ambiente coloca limites a práticas anteriores, desvalorizando-as e causando ressentimento entre os locais. A chegada maciça de jovens de classe média, com hábitos e valores diferentes, muitas vezes associando a natureza ao consumo de drogas e nudez, representa nova fonte de conflitos.

Um dos problemas da região é a devastação ambiental causada pela grande concentração de visitantes nos feriados e no verão. A infra-

estrutura local, ou seja, serviços básicos relativos ao fornecimento de água, luz, reciclagem de lixo e saneamento, é incompatível com o número crescente de pousadas, principalmente na Vila do Abraão. O aumento desordenado da população traz danos ao patrimônio agroflorestal e à biodiversidade, extinção de algumas espécies da vida selvagem, desmatamento, empobrecimento do solo e comprometimento de rios e praias. Segundo alguns estudos, a infra-estrutura inadequada ao crescimento econômico da região seria o problema de maior envergadura a ser enfrentado (Wunder, 2000).

A Ilha Grande recebe, por ano, 120 mil visitantes, número pequeno em termos de turismo, perfeitamente administrável. Algumas medidas coordenadas seriam capazes de incentivar o turismo em períodos de baixa temporada e de controlar a grande procura nos meses de verão. O controle do fluxo de turistas e de estabelecimentos comerciais – obras de infra-estrutura, garantia do cumprimento das leis em vigor e políticas mais agressivas de educação ambiental – poderia resolver parte dos problemas. Mas isso requereria a atuação de organizações governamentais, que, no entanto, são fragmentadas e respondem desordenadamente às demandas encaminhadas.

Apesar das diversas legislações e das várias instâncias governamentais e não-governamentais voltadas para a proteção do meio ambiente,⁵ especialistas da área ambiental têm denunciado a construção de casas em áreas protegidas e a falta de fiscalização por parte das agências governamentais. Além disso, há conflitos entre instituições federais, estaduais e municipais, prefeituras, Ongs e associações de moradores que atuam na região. Entre as reivindicações por infra-estrutura há itens, como construção de estradas, que não são aceitos pelos ambientalistas, e outros, como controle do número de visitantes, que trazem prejuízos econômicos para alguns moradores, os mais fracos na cadeia de interesses que constituem os empreendimentos turísticos.

Na Vila do Abraão, um dos principais conflitos envolve antigos e novos moradores. A vila encontra-se fora das áreas submetidas às leis mais severas de restrições a atividades comerciais e concentra grande número de pequenas pousadas, *campings* e restaurantes. Ela é o ponto de chegada das barcas que saem diariamente de Mangaratiba e Angra dos Reis e é o local que recebe maior afluxo de turistas. Parte dos antigos moradores tornou-se ou prestadora de serviços para os novos donos de pousadas ou foi afastada para regiões mais distantes, o que parece ser uma das causas do grande antagonismo existente entre ‘nativos’ e ‘não-nativos’. Evidentemente ambas as categorias são construídas, a primeira pelos moradores mais antigos como forma de auto-identificação e de proteção de suas atividades econômicas, pesqueiras ou turísticas. Em muitos relatos de antigos moradores observamos um senti-

mento nostálgico em relação ao tempo em que todos se conheciam e não temiam pela segurança. Além disso, os antigos moradores muitas vezes deixam transparecer certa ironia quando mencionam as restrições à agricultura, à pesca e à introdução de espécies estranhas. A nostalgia que demonstram não envolve a perda da natureza, mas a perda de padrões socioculturais anteriores.

De um modo geral, o empresário do turismo ‘que vem de fora’ tem maior possibilidade de gerenciar com sucesso o entrelaçamento entre preservação ambiental e atividade econômica, pois tem maior capital, maior familiaridade com os hábitos dos que chegam e maior conhecimento do significado ecológico da Ilha Grande para os turistas.⁶

Segundo o depoimento de um morador, a escolha atual é entre “ser empregado do empresário do turismo ou ser empregado do empresário do turismo” (Prado, 2002, p. 12; 2000). Em vilarejos menores, como Saco do Céu, o deslocamento de moradores locais por mini-empresários pode ser até maior do que no Abraão. Pousadas e restaurantes voltam-se para o atendimento a turistas de maior poder aquisitivo, que chegam em seus próprios barcos, a partir do estabelecimento de uma infra-estrutura de serviços dificilmente compatível com os recursos de moradores.

Na praia do Aventureiro, talvez a mais procurada pelos surfistas, o conflito maior ocorre entre antigos pescadores e defensores do meio ambiente, vinculados às esferas governamentais e não-governamentais, que propõem a redução do número de visitantes. A praia do Aventureiro faz parte de uma reserva que não prevê nem visitantes e nem mesmo população local. Mas, durante o verão, o lugar fica apinhado. O perfil do turista é o do estudante universitário ou com segundo grau completo, idade média de 22 anos, sem filhos, com renda familiar mensal em torno de quatro mil reais. Embora gastem pouco dinheiro, os jovens representam uma das melhores opções de renda para os moradores, pois chegam em grande número. Através de *campings*, os antigos moradores conseguiram um lucro substantivo e a manutenção de suas terras. O percentual de novos moradores é bem pequeno e estes não desenvolvem atividade econômica na região. Os antigos pescadores não necessitam de grandes investimentos, pois os ‘dez reais’ recebidos por barraca representam renda muito maior do que a obtida com a roça ou mesmo com a pesca (Wunder, 2000).

O conflito entre ambientalistas e moradores locais é complexo na Vila Dois Rios, uma vez que a população é constituída de antigos funcionários do presídio, viciados por uma cultura da violência, por práticas de corrupção e pelo paternalismo do Estado. Embora funcionários públicos, grande parte dos antigos guardas e agentes penitenciários que moram na ilha pertencem a famílias muito antigas da região; como dissemos, era prática do presídio

contratar moradores locais. Até hoje, entre os jovens, muitos têm como horizonte profissional ‘ser guarda’. A questão ambiental é nova e não está no centro de suas preocupações.

Mesmo ao considerarmos que há interesses diversos sendo negociados, um dos obstáculos é a falta de diálogo e de negociação em torno de soluções intermediárias que possam satisfazer tanto aos diferentes interesses econômicos quanto aos defensores do meio ambiente. Há conflitos entre ‘nativos’ e ‘não-nativos’, entre estes e os ambientalistas, e entre todos eles as autoridades governamentais.

Da mesma forma que foram contextualizadas as noções de ‘nativos’ e ‘não-nativos’, também a de ‘ambientalista’ precisa ser compreendida como construção. Chamo de ambientalistas todos aqueles que hoje atuam na Ilha Grande em defesa do meio ambiente e que percebem, ou pelo menos declaram em seus discursos, que a questão ambiental, por ser associada a todos os homens, precede os problemas específicos do bem-estar de cada um, de classe, de gênero, de raça ou de idade. Embora possamos associar os ambientalistas às organizações não-governamentais em defesa do meio ambiente, eles podem ser encontrados entre moradores, administradores, empresários e autoridades governamentais.

Lendo-se o estatuto de criação do Codig (2000), verifica-se que dá ênfase à tarefa de ‘conservar’ o meio ambiente, visando ao “bem-estar futuro dos povos”, mas não faz menção ao bem-estar da população local.

Tem por finalidades a defesa, preservação e conservação do meio ambiente, do patrimônio artístico, cultural, paisagístico, turístico, histórico, bem como realizar ações no sentido de conservar os recursos humanos, naturais renováveis ou não, em especial, a vegetação, a flora, as populações animais, as águas, o solo, os monumentos naturais e patrimoniais, pleiteando a reserva de áreas que tenham valor científico, histórico, estético e paisagístico, vital no bem-estar futuro dos povos, tendo em vista: a) estimular, promover e participar de parceria entre o poder público e as organizações nacionais e internacionais, interessadas na conservação dos recursos naturais; b) promover pesquisas de qualquer natureza, referentes à conservação do meio ambiente; c) difundir conhecimentos conservacionistas através de cursos, concursos, publicações, palestras, conferências etc.; d) firmar convênios, ajustes e acordos visando a consecução de seus objetivos; e) planejar e executar trabalhos, que se destinem aos fins em causa; f) promover e apresentar projetos em educação e o desenvolvimento cultural e ambiental.

Esta ênfase pode ser identificada em diversas práticas daqueles que se erguem em defesa do meio ambiente. A ilha é vista como fonte de riqueza para a humanidade, e sua biodiversidade, como algo que deve ser preservado da ação devastadora do homem. Há

uma visão crítica em relação à forma utilitária com que os homens lidam com a natureza. Esta defesa do meio ambiente tem similaridades com padrões encontrados em movimentos ambientalistas de diversas partes do mundo (Ferry, 1994).

De uma maneira esquemática, consideramos que os moradores da Ilha Grande levantam questões de sustentação econômica, e os ambientalistas, de preservação ambiental. Por um lado, os moradores, principalmente aqueles mais antigos que se denominam ‘nativos’, compreendem a Ilha Grande como meio de subsistência e não incorporam a noção de paraíso ecológico em suas práticas cotidianas. A riqueza da biodiversidade e a importância de conservá-la para a humanidade não são valores encontrados entre os que passaram a vida toda na ilha. Por outro, os defensores da natureza, embora exerçam papel crucial na defesa de leis e procedimentos em prol do meio ambiente, não conseguem negociar aspectos triviais com moradores e empresários, pois consideram as práticas destes últimos uma ameaça à natureza, aos direitos universais dos homens e à própria perpetuação da espécie humana. Para eles, não é possível negociar os interesses da ‘humanidade em geral’ com o interesse particular de moradores locais.

Só em casos extremos, moradores, comerciantes e ambientalistas conseguem se unir. Nos debates fica claro que, para os ambientalistas, os moradores, principalmente os antigos, são um mal necessário, enquanto, para os moradores, os ambientalistas são os usurpadores de seus direitos ao crescimento econômico e social. Uma das soluções apontadas pelos ambientalistas para resolver o problema da estrada que dá acesso à Vila Dois Rios, por exemplo, foi a remoção dos moradores, mantendo-se a área verde protegida tanto deles quanto dos visitantes. Há desconfiança, ressentimento e falta de respeito mútuo entre os que participam nos fóruns de debate, o que impede que ações conjuntas sejam conduzidas de forma satisfatória.

O conceito de natureza tem sido reconstruído ao longo da história, e essas reconstruções não são isentas de poder, formação de hierarquias e exclusões sociais. As teorias pós-colonialistas, por exemplo, têm mostrado como as noções de civilização e natureza foram capazes de criar hierarquias entre nações. Os movimentos feministas consideram a associação entre feminino e natureza uma das bases de controle do homem sobre a mulher. É importante, portanto, alargar as fronteiras no que diz respeito à defesa da natureza.

Nas últimas três décadas, diversas contribuições teóricas e movimentos políticos têm chamado a atenção para o fato de que a preservação ambiental é um desafio a ser enfrentado nas esferas econômica, política, social, cultural e ética.⁷ São reconsiderados os danos causados ao meio ambiente por populações tradicionais, antigas e de práticas pouco intervencionistas (Oliveira, 1996). Em-

bora haja uma polêmica sobre os critérios utilizados para caracterizar ‘populações tradicionais’, a questão relevante, a meu ver, é: mesmo quando se trata de populações locais não tradicionais, devem ser buscadas soluções comuns, não o confronto. Os defensores do direito universal do homem sobre a natureza precisam compreender que determinados indivíduos muitas vezes são destituídos de seus direitos também universais à moradia, ao transporte, à educação e à saúde.

O mito da natureza intocada

O segundo desafio enfrentado pelo Ecomuseu Ilha Grande tem sido o de incorporar os moradores locais aos projetos desenvolvidos pela comunidade científica. Para o Ecomuseu, é fundamental que todos aqueles que agem no meio ambiente estejam presentes para discutir com o público, interno e externo, as práticas desenvolvidas. Quanto mais acessíveis os conhecimentos referentes ao ambiente, maior será o empenho na sua conservação.

Como vimos, no antigo local do presídio, Vila Dois Rios, a Uerj inaugurou o Ceads, que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao desenvolvimento auto-sustentável. Desde sua criação, o Ceads gerou numerosos produtos científicos e tecnológicos: análises climatológicas e meteorológicas, estudos atmosféricos, pesquisas sobre espécies em extinção ou não classificadas, levantamentos de resíduos poluidores, pesquisas no campo da biotecnologia e da reprodução genética.

Uma das propostas do Ecomuseu é criar um núcleo, o Museu do Meio Ambiente, com o objetivo de envolver a população local na produção e divulgação das pesquisas científicas e tecnológicas realizadas no âmbito da universidade. Grupos de estudantes acompanham algumas fases dos trabalhos de campo realizados pelos pesquisadores através de visitas com guias especializados. Resultados parciais das pesquisas sobre a flora e fauna da ilha, por exemplo, são acompanhados pelo público (Santos e Chagas, 2001).

A implementação desse projeto requer que um elo seja estabelecido entre pesquisadores e a população local. Foi possível constatar, no entanto, que, apesar de o desenvolvimento sustentável estar presente em quase todos os documentos e no discurso de pesquisadores, havia resistência a qualquer proposta que envolvesse a presença de um maior número de pessoas na região, ou mesmo a incorporação da população local nas atividades desenvolvidas. O trabalho com ela tem sido realizado por profissionais mais ligados às atividades de extensão, cujos projetos não estão associados aos dos pesquisadores. Como as pesquisas científicas alimentam e são alimentadas pelo meio acadêmico, através de publicações e financiamentos próprios, elas não necessitam do reconhecimento da po-

pulação local, que, por sua vez, nutre enorme desconfiança em relação às atividades dessa natureza.

As pesquisas desenvolvidas pelo Ceads têm caráter especializado e, em sua maioria, não têm aplicação imediata nem no ensino básico, nem em medidas práticas de preservação ambiental. Embora tenha por objetivo transformar-se em unidade-modelo no que tange à complementaridade entre saúde ambiental e desenvolvimento sustentável, o Ceads não conta com pesquisas de engenharia ambiental, nem experimentos tecnológicos em áreas cruciais como energia, transporte, tratamento de esgoto e reciclagem de lixo.

Temas centrais para ambientalistas, como reciclagem de lixo, não são percebidos pelos cientistas como questões de sua responsabilidade. Os pesquisadores não se preocupam com o uso de material descartável ou o dispêndio de energia causado pelo ar-condicionado, nem pensam em trocar o carro movido a gasolina, isso numa área que pretende ser modelo de unidade de conservação. Também ignoram procedimentos legais, como pedidos de autorização às entidades governamentais competentes para atuarem em área de proteção ambiental. Só há pouco esses procedimentos passaram a ser adotados, mas sem que sejam plenamente compreendidos pelos pesquisadores.

É importante ressaltar que, da mesma forma que ‘nativo’ e ‘ambientalista’, ‘pesquisador cientista’ é uma categoria construída. Certamente, há pesquisadores que se aproximam mais do grupo dos ambientalistas e outros que não poderiam ser definidos em quaisquer dos dois grupos. Meu objetivo é mostrar as concepções majoritárias de ecologia presentes no seio de determinados grupos, no momento em que o projeto Ecomuseu Ilha Grande é debatido. Nesse sentido, posso dizer que os pesquisadores da Uerj têm-se afastado de uma participação direta em arenas públicas de debate sobre meio ambiente, defendendo a natureza de forma desvinculada dos problemas político-culturais.

Na Vila Dois Rios, o relacionamento entre pesquisadores e moradores pode ser mais bem descrito como sendo de indiferença do que atravessado por conflitos, uma vez que não há qualquer tipo de negociação entre eles no que diz respeito à construção de uma consciência ambiental. Para os cientistas, idealmente, os moradores representam não apenas o mal necessário, mas o mal a ser neutralizado ou extirpado, devido aos efeitos perversos de atuação do homem na natureza. Não há o que conversar ou negociar, pois a preservação dos ecossistemas depende da retirada do homem de seu meio. Nesse sentido, qualquer atividade que fortaleça a auto-estima de moradores locais e sua inserção na região deve ser evitada. Propostas que impliquem a entrada de maior número de visitantes na região tampouco são aceitas, pois representam maior degradação ambiental. A consciência ambiental é identificada com res-

peito a uma natureza autônoma e não com a educação relacionada a formas de atuar sobre ela de modo a preservá-la.

Além disso, no afã de defenderem o meio ambiente da intervenção humana, os pesquisadores tornam-se invisíveis no processo. Não percebem o impacto de suas pesquisas sobre o meio ambiente porque ‘ver’ a intervenção científica como elemento externo implica aceitar sua própria ação destrutiva sobre a natureza. O discurso em defesa do desenvolvimento da região, seja ele sustentável ou não, sempre encontra resistência entre aqueles que perseguem a conservação dos sistemas existentes na natureza, evitando-se toda e qualquer interferência do homem em proveito de seu desenvolvimento.

No Relatório Ceads (2001, p. 11-5), produzido por um grupo de trabalho, encontramos o seguinte diagnóstico:

quanto às características de conservação e biodiversidade, a Ilha mantém ainda, aparentemente, um estado atual de baixos níveis de degradação e ocupação humana; (...); abrangência de um tamanho que permite a existência de populações dependentes de áreas extensas para sobreviver; (...) ocorrência de uma biodiversidade terrestre, aquática e aérea não suficientemente conhecida.

Em seguida, são enunciados os objetivos principais que decorrem desse diagnóstico:

continuam a ser enfaticamente a pesquisa básica relacionada às condições naturais e à biodiversidade existente, o monitoramento das condições ambientais e à promoção do desenvolvimento socioeconômico auto-sustentado para a região.

No item relativo a este último objetivo, lemos:

devem ser elaborados projetos integrados, com vistas a otimizar a conservação ambiental, a partir dos seguintes aspectos: educação formal e ambiental, ecoturismo, pesca e aquacultura racional, saúde, assistência social, usos do solo e recursos hídricos e recuperação das áreas degradadas, pesquisa em fontes alternativas de renda, levantamento do potencial hídrico e das águas subterrâneas.

Como descrito, diagnostica-se “um estado de baixos níveis de degradação e ocupação humana”, confundindo-se os dois termos. A riqueza da Ilha Grande deve-se ao fato de ser muito grande e neutralizar a ação de populações compreendidas sempre como agentes de degradação. As medidas sugeridas para o desenvolvimento auto-sustentado associam-se a projetos de extensão e estão desvinculadas dos projetos de pesquisa básica, estes últimos, sim,

voltados para conservação e biodiversidade. A ‘natureza’ assume uma condição de anterioridade face aos seres humanos.

O mito da natureza intocada (Diegues, 1998) difere de outras duas abordagens presentes nos estudos sobre a Ilha Grande. Por um lado, há os que defendem que pequenas agriculturas não se contrapõem à preservação da Mata Atlântica, superando em suas análises a contradição entre cultura e natureza (Oliveira, 1996). Por outro, há os que defendem a intervenção ativa do homem sobre a natureza para preservá-la.

Os técnicos do Jardim Botânico, por exemplo, foram enfáticos na afirmação de que isolar a mata do contato humano não implica sua preservação. A partir da constatação de que a intervenção humana existe, até mesmo pela poluição dos mares, a atuação do homem, por meio de pesquisas e estudos, torna-se crucial para a recomposição da mata. Além da preservação das espécies locais, seria necessária uma ‘conservação *ex-situ*’ de alguns espécimes, sua reprodução, para que o ecossistema fosse preservado. Alguns espécimes vegetais e animais introduzidos na Mata Atlântica nas últimas décadas ou até séculos foram apontados como possíveis agentes de degradação, necessitando controle imediato. Novamente, a preservação da natureza como sinônimo de isolamento e em oposição à intervenção do homem perde o sentido.

A defesa do imperativo de isolar a natureza pode ser associada a posturas filosóficas dos ‘ecologistas profundos’, que atribuem valores intrínsecos e direitos próprios ao meio ambiente, o qual deve ser defendido contra os crimes da humanidade (Ferry, 1994). Para muitos, a natureza é superior aos indivíduos e, consequentemente, precisa ser protegida por princípio. À natureza são atribuídos direitos intrínsecos, porque ela é identificada a uma totalidade anterior aos contratos sociais gerados pelos indivíduos em sociedade. Segundo Ferry (*id.*, p. 102), a defesa intransigente da natureza dissociada das relações sociais e dos direitos humanos configura um antihumanismo radical, e, enquanto tal, tende a mesclar-se a práticas políticas tanto da extrema esquerda quanto da extrema direita.

Memória local e violência

O maior desafio enfrentado pelo Ecomuseu Ilha Grande diz respeito à preservação da história de um sítio que se tem procurado reiteradamente apagar da memória.⁸ O presídio foi demolido por duzentos quilos de dinamite por ordem do governador Nilo Batista, em abril de 1994, fato que repete medida similar tomada por ocasião da desativação da Colônia Penal Cândido Mendes, situada próximo à Vila do Abraão, também na Ilha Grande, em 1962, durante o governo Carlos Lacerda. Essas destruições podem ser consideradas como tentativas de apagar as memórias prisionais do país.

Não se trata de um conjunto isolado de memórias locais: a Ilha Grande faz parte da história nacional. Em 1893, edificações construídas em Dois Rios foram utilizadas para manter em prisão os participantes da Revolta da Armada. A Colônia Correcional de Dois Rios foi reativada em 28 de janeiro de 1903. No início da década de 1940, duas instituições carcerárias funcionavam na ilha, uma em Abraão, a Colônia Penal Cândido Mendes, que ocupava as edificações do antigo Lazareto, e outra em Dois Rios, a colônia Agrícola do Distrito Federal. Em 1962, a primeira Colônia foi desativada. A última instituição dessa natureza, estabelecida na Ilha Grande, foi o Instituto Penal Cândido Mendes. Junto com a retirada dos presos, todo o aparato administrativo foi desfeito, guardas e policiais transferidos para outros complexos penais e a região, abandonada.

No imaginário popular, a Ilha Grande associa-se a uma história de arbítrio e de degradação física e moral do ser humano. No início do século, a ilha recebeu os vadios, vagabundos e capoeiras; em suas últimas décadas, assaltantes, criminosos, homicidas, presos políticos e traficantes. De casa de correção, tornou-se presídio de segurança máxima. Ficaram presos na Ilha Grande Orígenes Lessa, por ter participado da Revolução Constitucionalista de 1932; Graciliano Ramos, Agildo Barata e outros líderes do Partido Comunista, durante o governo Vargas; Fernando Gabeira, Nelson Rodrigues Filho e ativistas que lutaram contra a ditadura militar de 1964. Intelectuais e perseguidos políticos denunciaram as práticas de aviltamento sofridas na Ilha Grande, como em *Memórias do cárcere* (Ramos, 1953) ou em relatos mais recentes sobre a Ilha do Medo e sobre o Caldeirão do Diabo (Cypriano, 2001). “As notícias da colônia eram indefinidas e agourentas, talvez mais alarmantes por não se determinarem; a mais simples referência ao desgraçado lugar gelava as conversas e escurecia os rostos”, escreveu Graciliano Ramos. Entre os presos comuns, muitos têm deixado testemunhos similares sobre suas passagens pelo cárcere do inferno (Ramos, 1953; Torres, 1983, 1979; Lima, 1991).

O que fazer com este passado que traz à tona tantas histórias de horrores, de degradação humana? Concretamente, a questão que se coloca é: como preservar as ruínas do antigo Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM)?

Um dos modelos de museu-prisão mais conhecidos no mundo é aquele utilizado na Ilha de Alcatraz, onde o sistema prisional se tornou um espetáculo de violência descontextualizado e apresentado como sistema do passado, sistema de exceção. A barbárie é colocada à distância daquilo que supomos ser a nossa essência. Mas a alternativa a isso seria o esquecimento?

No plano-piloto básico do campus Ilha Grande, desenvolvido pela Uerj, há, logo de início, a afirmação de que o projeto arqui-

tetônico almeja o “convívio humano agradável, com espaços confortáveis, arborização cuidadosa, praças e pequenos jardins”. A demolição dos muros do presídio, entre outras medidas, eliminaria “o fantasma do antigo presídio, cuja memória no entanto já estará preservada num pequeno museu” (Jardim, Jobim e Oropesa, 2001).

O projeto trata uma situação traumática através do esquecimento e concebe o museu como depositário de elementos mortos de significado e destituídos do poder de evocar emoções. Esquece que, acoplado ao traçado das ruas, havia, no plano vertical, torres e guaritas, e que o complexo serviu à manutenção de um sistema de controle e disciplina permeado pela violência. Os muros e as grades das ruínas do presídio, ainda hoje, em meio a um ambiente considerado paradisíaco pelos turistas, exercem um impacto muito grande, despertando sentimentos fortes de indignação e medo. Se o presídio foi desativado e uma universidade hoje se instala no local, por que não estabelecer um museu que preserve um passado administrado e morto? Por outro lado, por que eliminar o fantasma do antigo presídio? O que há nas ruínas que tanto nos incomoda?

Atualmente, em meio aos escombros dos antigos presídios e a uma densa vegetação que encobre muitas das marcas das antigas edificações, há, na Vila Dois Rios, aproximadamente quarenta casas que abrigam famílias de ex-funcionários da penitenciária, ex-internos cumprindo pena em regime semi-aberto e parte da estrutura administrativa da Uerj. Os moradores do eixo Vila Dois Rios-Abraão mantêm grande nostalgia em relação ao tempo do presídio. Para eles, a vida era então melhor; a explosão que destruiu o prédio do IPCM, o tremor de terra e a poeira que se ergueu, misturada à garoa fina daquele dia 2 de abril de 1994, são lembrados com tristeza. Para eles, o resgate da memória do presídio é o resgate de sua história, de sua auto-estima.

Entretanto, a trama é complexa. O presídio procurava empregar moradores locais, de modo que as histórias de ex-funcionários mesclam-se com as dos pescadores e caiçaras. Para os nativos, o emprego no IPCM significava ascensão social graças a uma instituição forte do governo, que organizou o local por décadas, franeando, inclusive, serviços médicos e odontológicos à população. Por outro lado, nem todos têm saudade do passado. Se prestarmos atenção às histórias e lendas que ainda hoje estão presentes entre pescadores, teremos idéia não só dos temores com que conviviam, até pouco tempo atrás, os habitantes de diversos vilarejos da ilha, como da diversa integração ao sistema penal estabelecido na ilha.

Muitas das histórias narradas dizem respeito às freqüentes tentativas de fuga dos presos. Muitos viviam fora dos muros da prisão, e, às vezes, estes não compareciam ao famoso ‘confere’: procuravam a liberdade pelas matas da ilha. A fuga envolvia todos. Ha-

via os cachorrinhos-do-mato, como era chamado o seleto e violento grupo de guardas que capturavam os fugitivos; os vagabundos, nome dado aos presos em toda a ilha; e os pescadores, que tinham armas para protegerem a si próprios e às suas embarcações. Os relatos repetem-se nas diversas partes da ilha com pequenas variações: vagabundos, quando capturados, eram torturados e alguns morriam. Prazerosa ou abominável, a memória do instituto penal constituiu hábitos e costumes em grande parte da população da Ilha Grande. A transformação de marcas de medo e violência, que se expressam em atitudes agressivas, nas portas e janelas sempre fechadas das casas da Vila Dois Rios e na desconfiança do “mal que vem de fora” (Prado, 2000), não ocorre a partir do esquecimento, mas da possibilidade de uma reflexão profunda.

Os processos de reconstrução da memória são sempre ambíguos e ambivalentes. Os moradores que participaram dessa história – seja como atores principais, seja como coadjuvantes têm, em sua maior parte, interesse pela proposta do Museu do Cárcere. Muitos cedem objetos, fotografias, relatórios oficiais, cartas, na expectativa de verem preservado o monumento alusivo a uma instituição que deu sentido às suas vidas.

Talvez resida no caráter cotidiano da violência a dificuldade de trabalharmos com esse tipo de memória. Como explicar o passado de violência entre pacatos e acomodados habitantes de uma vila já esquecida no tempo? Embora, nesse caso, não estejamos lidando com definições românticas ou cosmogônicas da natureza, as mesmas premissas se colocam na definição do que seja cultura. Os museus costumam expor para o grande público a cultura do ‘outro’, que é domesticado. Mas será que são capazes de mostrar o ‘outro’ que está dentro de nós, quando este outro implica tão profunda transgressão social?

Conclusão

Como vimos, o projeto do Ecomuseu Ilha Grande propõe articular interesses defendidos por professores e pesquisadores universitários, moradores, ambientalistas e membros de organizações governamentais e não-governamentais, com o objetivo de garantir a preservação do meio ambiente, da história e da cultura da Ilha Grande. Este texto procurou mostrar não apenas os conflitos e descompassos entre os diversos setores envolvidos, mas também as definições de natureza e cultura de cunho ‘essencialista’ que representam obstáculos e até mesmo impossibilitam negociações e práticas partilhadas.

A destruição da Mata Atlântica tem sido ocasionada não só pela falta de controle da circulação de turistas, mas também por práticas da população local, que, carente de recursos básicos, entra em

conflito com medidas que cerceiam atividades como agricultura, introdução de espécies estranhas à região e urbanização em geral. É evidente a tensão entre estas atividades econômicas e os movimentos que defendem a conservação da natureza. Julgo possível oferecer à população local os meios necessários para que sua sustentação econômica não se contraponha às atividades de preservação da natureza. Sempre poderá haver atividades mais lucrativas para moradores locais do que o turismo ecológico, como a pesca predatória e a venda de animais em risco de extinção. Como parte da população global, os moradores da Ilha Grande deverão procurar um ponto de equilíbrio entre sua sustentação econômica e as exigências de preservação.

Defensores do meio ambiente têm dificuldade em aceitar a presença de populações locais e de visitantes na Ilha Grande, como também em negociar os direitos de cada um à natureza. A questão da natureza humana também está em jogo nos projetos de intervenção na ilha, mas sobre esta tampouco há consenso.

Procurei mostrar neste artigo que o homem pode e deve proteger a natureza, assim como pode e deve modificá-la. É preciso substituir a intransigência política na defesa do santuário ecológico pela compreensão de que estamos todo o tempo atuando e transformando o nosso ambiente, seja pela destruição, seja pela preservação.

O envolvimento de comunidades locais e globais pode representar uma ameaça, mas pode também contribuir para proteger a região de poderes econômicos maiores e mais articulados. O impacto que o aumento de turistas traz ao meio ambiente pode ser compensado pelo aumento de visibilidade da importância de preservar a área, bem como pelo emprego em obras de infra-estrutura e em campanhas educativas da receita que esse aumento traz. A partir dessas premissas básicas, considero que o Ecomuseu Ilha Grande contribui para o desenvolvimento equilibrado da região, minimizando o impacto do turismo e apoiando propostas que atendam interesses específicos em um processo de negociação contínua.

Está presente, ainda, nesse projeto, a proposta de considerar história e memória como alternativas à fragmentação crescente de nossas experiências sociais e ao empobrecimento de nossos horizontes. Acredito que um dos maiores desafios de nosso século seja a luta contra o esquecimento, e tenho certeza de que ela é indispensável à construção de um mundo melhor. Isso também se aplica ao caso específico das instituições carcerárias da Ilha Grande. Perante uma situação em que práticas oficiais procuram apagar a lembrança, a tentativa de preservar o passado está associada não só ao saber, mas a uma prática política fundamental. Faço minhas as palavras de Kundera (1986), em sua advertência de que “tentar esconder o que se passa, sentir-se culpado – estes são indícios do fim”. Kundera lembra-nos que pequenas atitudes em relação ao cotidiano tornam-

Agradecimento

Agradeço a Rosane Prado pelas sugestões, que se mostraram fundamentais na organização deste artigo.

se cruciais para combater o esquecimento: manter um diário cuidadoso, preservar correspondências, tomar nota de debates sobre a situação presente, tudo isso é memória e é caminho para que o homem consiga se inserir com dignidade no mundo em que vive.

NOTAS

¹ Instituto de Biologia, Instituto de Geociências, Faculdade de Enfermagem, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Educação, Faculdade de Comunicação Social, Escola Superior de Desenho Industrial, Editora da Uerj, Rede Sirius de Bibliotecas, Centro de Tecnologia Educacional, Canal Universitário do Rio de Janeiro, Centro Biomédico, Centro de Ciências Sociais.

² O Parque Estadual da Ilha Grande foi estabelecido pelo decreto 15.273, de 28.6.1971. A Reserva Biológica da Praia do Sul e o Parque Marinho do Aventureiro foram criados pelos decretos 4.972, de 2.12.1981 e 15.983, de 27.11.1990. A ilha foi declarada síntese do ecossistema brasileiro pela Lei Orgânica do Município e é protegida por órgãos municipais, estaduais e federais.

³ Ver, por exemplo, Plano Diretor de Ilha Grande (Angra dos Reis, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Planejamento, 1992); Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande (Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/IEF-RJ – Pró-Natura 1992); Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande (Rio de Janeiro, Fundação Instituto Estadual de Florestas, 1993); Plano Diretor de Ilha Grande (Angra dos Reis, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Planejamento, 1995).

⁴ Sobre essa temática, consultar 'As potencialidades do turismo na Ilha Grande: uma análise socioterritorial de diferentes formas de aproveitamento turístico e de suas consequências ambientais' (Rio de Janeiro, Ippur/UFRJ, 1994); "Ilha Grande: plano diretor de turismo – documento dase" (Angra dos Reis, Tangará – Serviços em Meio Ambiente e Turismo, 1998); "Base de dados para estudo de análise econômica do ordenamento do turismo na Ilha Grande – Angra dos Reis" (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Planejamento – Divisão de Meio Ambiente. Angra dos Reis, Prefeitura Municipal, 1998).

⁵ Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (PMAR), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (Sapê), Comitê da Defesa da Ilha Grande (Codig).

⁶ O termo ecologia foi criado no século passado relacionando os organismos com o meio ambiente, em um sentido predominantemente adaptativo. Ele é formado por duas palavras gregas (*oikos* e *logos*) que significam ciência ou saber da casa e foi inicialmente utilizado em um sentido ingênuo de naturalismo (Soromenho-Marques, 1994, p. 15). Diversos autores têm mostrado a amplitude e complexidade de posicionamentos no que diz respeito à relação entre natureza e cultura. Para um levantamento destas abordagens nos movimentos ecológicos no Brasil e no mundo, ver, entre outros, Viola (1987), Ferry (1994) e Vieira e Bredariol (1998).

⁷O contato com técnicos do Jardim Botânico foi feito no primeiro semestre de 2002, pela Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, à qual o projeto Ecomuseu se encontra subordinado, visando a um convênio de longo prazo para criação de estufas e arboretos e recuperação de vegetações da Mata Atlântica que foram destruídas. Tal parceria ainda não se consolidou por falta de financiamento.

⁸ Esta distinção entre história e memória é estabelecida por Pierre Nora (1984), que, ao procurar resgatar o passado do Estado nacional francês, reúne uma coletânea preciosa de trabalhos que se debatem sobre o que pode ser compreendido como a 'história cultural' da França, a história que procura transcender os limites da história e da memória, que não é resgatada por um determinado sentido inerente ao seu desenvolvimento, nem pelas emoções, mas a partir das construções de que os indivíduos do presente são herdeiros. Sobre o tema ver ainda Davis e Randolf (1989) e Hutton (1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Codig
(Comitê de Defesa da Ilha Grande)
jul. 2000
Estatuto de fundação.
- Cypriano, André
2001
O caldeirão do diabo.
São Paulo, Cosac & Naif.
- Davis, Natalie Zemon e Randolph, Starn
1989
Introduction: memory and counter-memory.
Representations, n. 26, p. 1-6.
- Diegues, Antonio Carlos
1998
O mito moderno da natureza intocada.
São Paulo, Hucitec.
- Ferry, Luc
1994
A nova ordem ecológica.
São Paulo, Ensaio.
- Hutton, Patrick H.
1993
History as an art of memory.
Hanover/London, University Press of New England.
- Jardim, Rachel; Paulo Jobim e Andrés N. Oropesa
2001
Campus da Ilha Grande.
Rio de Janeiro (mimeo.)
- Kundera, Milan
1986
The book of laughter and forgetting.
Londres, Penguin Books.
- Lima, William da Silva
1991
Quatrocentos contra um: uma história do comando vermelho.
Rio de Janeiro, Iser/Vozes.
- Loyola, Maria Andréa (coord.)
2002
Projeto campus Ilha Grande.
Rio de Janeiro, Kodagraf Gráfica Editora.
- Nora, Pierre
1984
Entre mémoire et histoire.
Les lieux de mémoire. Paris, Gallimard, v. 1, p. xv-xlii.
- Oliveira, Rogério Ribeiro e Coelho Neto, Ana Luiza
1996
O rastro do homem na floresta.
Albertoa, v. 10, n. 4.
- Prado, Rosane Manhães
2002
Quem entende do paraíso? Estudo sobre percepção e políticas ambientais num contexto de unidades de conservação. Gramado, XXIII Reunião Brasileira de Antropologia. (mimeo.)
- Prado, Rosane Manhães
2000
Depois que entrou o Imbamba: concepções de preservação ambiental entre a população da Ilha Grande. Brasília, XXII Reunião Brasileira de Antropologia. (mimeo.)
- Ramos, Graciliano
1953
Memórias do cárcere.
São Paulo, Livraria Martins Editora.
- Relatório Ceads
jun. 2001
Ceads – os últimos e os próximos cinco anos.
(mimeo.)
- Santos, Myrian Sepúlveda
1999
Centro de preservação histórica e ambiental (CEPHA).
(mimeo.)

- Santos, Myrian
Sepúlveda e
Chagas, Mario
2001
- Soromenho-Marques,
Viriato
1994
- Torres, André
1983
- Torres, André
1979
- Varine, Hugues de
2000
- Vieira, Liszt e
Bredariol, Celso
1998
- Viola, Eduardo
1987
- Wunder, Sven
2000
- Ecomuseu Ilha Grande.*
(mimeo.)
- Regressar à terra: consciência ecológica e política de ambiente.*
Lisboa, Fins de Século.
- Esmaguei meu coração.*
Petrópolis, Vozes.
- Exílio na Ilha Grande.*
Rio de Janeiro, Círculo do Livro.
- O Ecomuseu.
Ciências e Letras, n. 27, p. 61-90.
- Cidadania política e ambiental.*
Rio de Janeiro, Ed. Record.
- O movimento ecológico no Brasil (1974-1986), do ambientalismo à
ecopolítica. In: J. Augusto Pádua (org.) *Ecologia e política no Brasil*.
Rio de Janeiro, Ed. Espaço e Tempo.
- Big Island, Green Forests and Backpackekrs: land-use and development
options on Ilha Grande, Rio de Janeiro State, Brazil. Copenhagen,
Centre for Development Research. (mimeo.)